



## AS NOVAS REGIONALIZAÇÕES E O ESPAÇO AGRÁRIO DO BREJO PARAIBANO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Elton Oliveira da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

As regionalizações brasileiras são realidade antes mesmo de o país se constituir formalmente como nação, contudo, é a partir das primeiras décadas do século XX que esse processo se efetiva e passa a ser pensado como uma política de Estado. Com a criação do IBGE, este processo se tornou oficial, além das grandes regiões, os estados também passaram a ser subdivididos, de acordo com as regionalizações efetivadas desde 1942. Pensando nessa temática, este trabalho objetiva analisar a capacidade da nova regionalização (2017) de apreender o papel da dinâmica do espaço agrário como elemento presente na formação do recorte regional, a partir da Microrregião do Brejo Paraibano. Para isso, foram adotados os seguintes procedimentos: uma revisão bibliográfica acerca do tema, focando em conceitos como região, regionalização e espaço agrário; pesquisa e análise dos documentos e relatórios do IBGE e estado da arte acerca do espaço agrário paraibano, incluindo o do Brejo. Para discussão sobre região e regionalização, utilizamos Correa (1986; 1995); Lecione (2003); Souza (2013); Perroux, Friedmann e Tinbergen (1975). Em relação ao debate acerca de espaço e espaço agrário, usamos Moreira e Targino (1997), Moreira (1980) e Andrade (1980). Uma das mudanças mais nítidas é em relação à nomenclatura, as antes chamadas Microrregiões e Mesorregiões foram substituídas por, respectivamente, Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Sobre a referência direta ao Brejo desaparecer e ser incorporado a outros espaços sub-regionais, inexistiu discussão teórico-metodológica de outros atributos que não sejam a hierarquia urbana e a constituição das redes a partir dessa.

**Palavras-chave:** Região, Nova regionalização, Espaço Agrário, Brejo Paraibano.

### ABSTRACT

The Brazilian regionalizations are a reality even before the country was formally constituted as a nation, however, it is from the first decades of the 20th century that this process takes effect and starts to be thought of as a State policy. With the creation of the IBGE, this process became official; besides the great regions, the states also started to be subdivided, according to the regionalizations carried out since 1942. Thinking about this theme, this work aims to analyze the capacity of the new regionalization (2017) to apprehend the role of the dynamics of the agrarian space as an element present in the formation of the regional clipping, from the Brejo Paraibano micro-region. For this, the following procedures were adopted: a bibliographic review about the theme, focusing on concepts such as region, regionalization, and agrarian space; research and analysis of IBGE documents and reports, and state of the art about the Paraiban agrarian space, including that of Brejo. For discussion about region and regionalization, we used Correa (1986; 1995); Lecione (2003); Souza (2013); Perroux, Friedmann and Tinbergen (1975). Regarding the debate about space and agrarian space, we use Moreira and Targino (1997), Moreira (1980) and Andrade (1980). One of the clearest changes is in relation to nomenclature, the previously called Microregions and Mesoregions were substituted by, respectively, Immediate Geographic Regions and Intermediate Geographic Regions. Regarding the direct reference to the Brejo disappearing and being incorporated to other sub-regional spaces, there is

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, elton.geo@hotmail.com;



no theoretical-methodological discussion of attributes other than the urban hierarchy and the constitution of networks from this.

**Key words:** Region, new regionalizations, agrarian space, Brejo Paraibano.

## INTRODUÇÃO

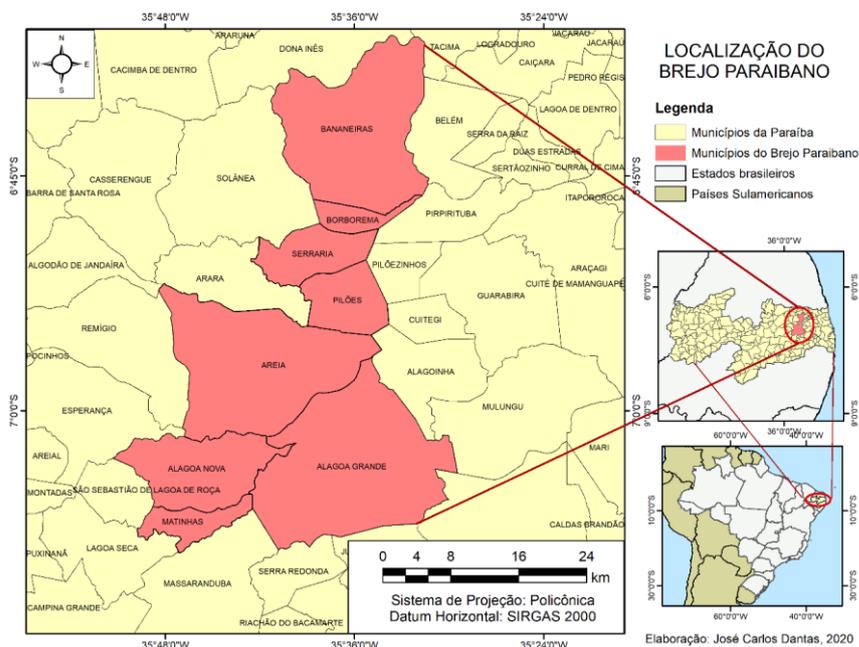
As regionalizações brasileiras são uma realidade antes mesmo de o país se constituir formalmente como nação, contudo, somente a partir das primeiras décadas do século XX esse processo se efetivou e passou a ser pensado como uma política de Estado. Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a regionalização se tornou oficial e notória e, para além da divisão em grandes regiões, as unidades federativas também passaram a ser subdivididas, de acordo com as regionalizações efetuadas em 1942, 1970 e 1990 (CONTEL, 2014). Dessa maneira, o IBGE vem realizando trabalhos sistemáticos de regionalização desde os anos 1940, fruto de uma nova maneira de se pensar o território brasileiro, de forma integrada e centralizada, pensada como uma política pública territorial. Como órgão de planejamento, predomina a ideia de conhecer cientificamente o território nacional para que se possa administrá-lo melhor. Nesse sentido, a regionalização seria um elemento para racionalizar a divisão territorial do Brasil, com a finalidade de gestão e controle do território. As mais recentes regionalizações se deram em 2017 para as Regiões Geográficas e em 2015 para as novas Regiões Rurais.

Com base nisso, pretendemos compreender melhor as mudanças e nos debruçarmos sobre as bases teóricas e metodológicas que foram utilizadas para conceber essas novas formas de pensar a divisão regional do Brasil, suas contradições e os impactos de como o Estado enxerga a diversidade do espaço agrário brasileiro, mais especificamente da realidade do Estado da Paraíba, sendo esse um dos eixos que norteiam esta pesquisa em andamento.

Este artigo é fruto de uma pesquisa inicial que está sendo construída para a tese de doutorado. Dessa maneira, optamos por trazer um fragmento do que vem sendo erigido. Sendo assim, trazemos uma discussão de início focada na análise dessas novas formas de dividir o território nacional em regiões e os seus desdobramentos no Estado da Paraíba, com atenção especial à microrregião do Brejo Paraibano, a qual trataremos de forma mais específica a seguir.

Como já citado, o *locus* de nossa investigação é a microrregião do Brejo Paraibano, localizada na mesorregião do Agreste Paraibano, formada pelos municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria (Mapa 1):

### Mapa 1 – Localização do Brejo Paraibano



Elaboração: DANTAS, José Carlos, 2020.

A formação dessa subunidade regional nos permite compreender mais profundamente suas relações com a totalidade do espaço agrário do Estado da Paraíba desde o período da colonização até sua configuração atual. Antes de mais nada, é preciso esclarecer que o Brejo é uma realidade geográfica que precede uma regionalização oficial, pois possui características únicas dentro do território estadual e difere da concepção do senso comum do brejo enquanto área rebaixada e alagadiça. Aqui temos exatamente o contrário, isto é, um brejo de altitude. Em linhas gerais, os brejos de altitude são regiões mais altas (planálticas) e úmidas que, devido à altitude, possuem temperaturas mais amenas e vegetação semelhante à da Mata Atlântica (MELO, 1958; ANDRADE, 1980).

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar a capacidade da nova regionalização em apreender o papel da dinâmica do espaço agrário como elemento profundamente presente na formação do recorte regional, a partir da realidade da Microrregião do Brejo Paraibano.

A escolha desse objeto de pesquisa se deu em contexto de uma série de debates e discussões sobre os impactos dessa nova regionalização, seja no campo do ensino de Geografia da Paraíba, seja na consulta da base de dados dos censos – principalmente do agropecuário – e na forma como as pesquisas serão realizadas sem considerar as realidades



particulares do espaço regional. Ao longo das discussões, percebemos que a natureza de suas formulações se distanciou do debate local.

A opção pelo Brejo paraibano se deu não somente por ser uma microrregião oficial da regionalização anterior (MOREIRA, 1989). O fato dessa unidade regional ser uma construção histórica delimitada foi somado às particularidades de seu quadro natural, condicionantes para essa construção. Também justificamos nossa escolha como um contraponto à ideia utilitarista da relação existente entre os municípios do Brejo e o centro regional mais próximo: Guarabira. Entendemos como sendo uma relação dialética e enxergamos a partir de uma noção de totalidade, esvaziada pela nova perspectiva do IBGE.

Essa microrregião é considerada uma área de exceção, tanto pelas condições fisiográficas (características edafo-climáticas) quanto pela forma diferenciada de produção do espaço em relação ao conjunto da mesorregião do Agreste como do Estado da Paraíba, onde essa subunidade regional se localiza.

Para discussão sobre região e regionalização utilizamos Correa (1986; 1995); Lecione (2003); Souza (2013); Lacoste (1986); Perroux, Friedmann e Tinbergen (1975). Em relação ao debate acerca de espaço e espaço agrário, usamos Moreira e Targino (1997), Moreira (1980) e Andrade (1980), entre outros que julgamos necessários para a elaboração dessa pesquisa até o presente momento.

## **METODOLOGIA**

Para a constituição deste trabalho utilizamos uma série de procedimentos metodológicos pertinentes ao andamento da pesquisa: uma revisão bibliográfica acerca do tema, focando em conceitos como região, regionalização e espaço agrário; pesquisa e análise dos documentos e relatórios do IBGE e estado da arte acerca do espaço agrário paraibano, mais especificamente o do Brejo. Essa pesquisa está em sua fase inicial e pretendemos nos apropriar dessa temática e aprofundar o que levará a futuros desdobramentos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O conceito de região é fundamental para compreender o desenvolvimento dos estudos que levaram às regionalizações do Brasil. Entender como esse conceito se constitui historicamente dentro do pensamento geográfico nos levará à compreensão das diversas formas de regionalizar o território brasileiro, bem como trará luz sobre os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados para tal. A partir daí poderemos entender como o Brejo



Paraibano se estabelece de forma singular, partindo da formação histórica, organização e atual configuração do seu espaço agrário.

Nesta discussão, a região aparece como uma categoria geográfica e, ao mesmo tempo, como conceito que se sobressai na medida em que ela representa, por um lado, um dos mais importantes conceitos da ciência em toda a sua evolução histórica e, por outro, depois de “algumas décadas de ostracismo no pensamento geográfico brasileiro, a teoria regional emerge no sentido de dá conta das diferenças e fragmentações em tempos de globalização e homogeneização” (LEOPOLDO, 2020).

As pesquisas realizadas no âmbito da geografia, que tem como categoria central o conceito de região, não são mais tão comuns nos departamentos e programas de pós-graduação. As regiões (incluindo formas oficiais e não oficiais) aparecem apenas como base territorial sobre a qual se desenvolve uma problemática ou, quando aparecem de forma mais orgânica, estão ligadas ao contexto do debate urbano-regional. Dizendo de outro modo, saímos de um passado forte da chamada Geografia Regional, portanto, de uma tradicionalidade do conceito de região, para o rompimento a partir da Geografia crítica. Isso não é apenas fruto de escolhas para direcionamento de pesquisas dentro desses programas, mas, sobretudo, produto de mudanças paradigmáticas levadas a cabo ao longo da segunda metade do século XX.

A ciência geográfica, desde a sua origem (moderna), vem problematizando e debatendo acerca do seu lugar no panteão das ciências, sempre às voltas com o dilema em relação ao objeto de estudo. Essa indefinição ou, melhor dizendo, essas múltiplas definições sempre colocaram o espaço, a superfície terrestre ou mesmo a paisagem como objeto central da Geografia. Contudo, após a sua sistematização e o seu enraizamento em bases positivistas, as concepções em torno de seu objeto passaram a maior parte do tempo entre a ideia de estudo das paisagens e a diferenciação de áreas ou individualidade dos lugares.

Ainda que a ideia de “diferenciação de áreas” seja similar à de região, possuem significativas diferenças. Hartshorne, um dos grandes expoentes do chamado Método Regional, vê o conceito de área muito mais voltado à questão de análise e ao ponto de vista do pesquisador (SOUZA, 201). Sua preocupação central não foi definir um objeto para geografia, mas sim estabelecer um método de análise para apontar a diferenciação de áreas, entendendo-as como uma conexão única de diferentes elementos. Nesse sentido, para Hartshorne, “a região não passa de uma área mostrando a sua unicidade, resultado de uma integração de natureza única de fenômenos heterogêneos” (CORRÊA, 2002, p. 16).



Por outro lado, a gênese apoiada na perspectiva “lablachiana”, que culminou no desenvolvimento da própria Geografia Regional, enxerga a região como uma realidade concreta, um dado a *priori*. Notadamente na França, onde se elevou o conceito ao status de objeto de estudo da Geografia, entendo-o como uma porção do espaço terrestre passível de ser individualizada. A corrente possibilista, da qual La Blache foi seu grande expoente, revisitou o conceito de gênero de vida para explicar a conformação da paisagem geográfica de uma determinada área e relacioná-la com a região. Segundo Corrêa,

A paisagem geográfica tem, ainda, uma extensão e limites razoavelmente identificáveis. Nestes termos, a região é a expressão espacial da ocorrência de uma mesma paisagem geográfica. Objeto possibilista é, portanto, a região, e a geografia confunde-se, então com a geografia regional (2002, p. 12).

No final dos anos 1950, iniciou-se uma ideia de renovação conhecida como Geografia teórica\quantitativa, apoiada em bases neopositivistas (positivismo lógico) e esvaziada de seu conteúdo empírico, que nos mostrou uma concepção meramente funcional para região, com finalidade de planejamento estatal, bem como para o uso empresarial. Predominavam modelos previamente estabelecidos nos “birôs” dos órgãos de planejamento estatal baseados em estatísticas, muito mais próximos do que seria um tipo espacial que propriamente uma região. Torna-se apenas um conjunto de lugares onde o que os distingue em relação a outro conjunto é a diferença maior entre conjuntos de lugares dentro de cada um dos conjuntos (região).

O debate acerca do conceito de região se estende até os finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 com o processo de renovação e ruptura da chamada Geografia crítica. A região como um “conceito obstáculo” (LACOSTE apud SOUZA, 2013) tornou-se uma imensa discussão baseada na crítica de Lacoste ao entendimento a partir de perspectiva vidalina, como uma síntese harmoniosa dos aspectos históricos-naturais. Além disso, exercia uma forte crítica aos vínculos estatais que essa proposta tinha, pois ele e outros geógrafos críticos entendiam a região como fruto da divisão desigual e territorial do trabalho e não apenas um arranjo acabado e definitivo entre elementos naturais e humanos.

No que concerne à Geografia crítica das mais variadas matrizes marxistas, o significado de Região passou por diversas revisões, contudo, sem chegar a um consenso, porém não necessariamente seria seu fim como propôs Lacoste, mas direcionado a uma forte crítica às concepções lablachianas e ao tipo espacial da *New geography*. Discutia-se a centralidade e a utilidade do conceito e dos seus desdobramentos, tais como regionalização e análise regional.



A partir de conceitos como desenvolvimento desigual e combinado, modos de produção e divisão social do trabalho, a Geografia crítica tomava a ideia de região como uma particularidade dentro da totalidade espaço-social. De um lado, elementos naturais e humanos se articulavam dialeticamente através do processo histórico de ocupação do espaço, mas sem a harmonia da região “vidalina” e, por outro, a dinâmica da divisão territorial do trabalho e os processos de diferenciação e integração dentro do modo de produção capitalista. Dessa forma, podemos conceber a região

como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA 200, p. 45-46).

A perspectiva de Haersbaert (1999) é a de trazer novamente a região para o centro de debate da ciência geográfica, em que propõe uma atualização do conceito, com novas bases, as quais estejam atualizadas com um mundo cada vez mais globalizado. Isso coloca em questão se com a homogeneização dos espaços pelo processo de globalização haveria sentido continuar falando de região. Para isso, ele propõe a utilização da ideia de diversidade territorial como princípio para a compreensão das diferenças e das desigualdades. Sendo assim, segundo o autor, objetiva essa nova perspectiva regional “renovada recuperar o sentido dos recortes espaciais tanto a partir de sua inserção desigual em movimentos mais globalizados quanto a partir da recriação de singularidades que lhes dão um caráter próprio” (HAESBAERT, 1999, p. 22).

Com isso, pretendemos neste trabalho demonstrar como a microrregião do Brejo Paraibano, a partir da formação de seu espaço agrário e como este é base constituinte desta unidade regional. Em virtude disso, nesse caso a realidade nos convida para ir além de uma simples definição de conceitos e nos leva indubitavelmente a uma perspectiva teórica que busca maior relação entre esses aspectos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Desde o início da exploração colonial, o espaço agrário representa um elemento essencial para a compreensão do capitalismo brasileiro, ainda que nos últimos cinquenta anos tenhamos passado por profundas mudanças estruturais nas características da população (majoritariamente urbana) e na economia, como menor dependência do setor primário em sua



composição. No entanto, o agrário desempenha um papel político e social ainda central e que engendra nossa formação político-social.

Portanto, a partir daqui iremos trazer uma melhor apresentação da Microrregião do Brejo Paraibano, para ter maior entendimento da constituição dessa subunidade regional. Partimos de sua construção histórica, desde o seu momento como espaço alienado colonial até o tempo presente. Pretendemos, assim, evidenciar suas especificidades e particularidades em relação aos demais espaços sub-regionais e com isso inferir as diferenças existentes naquela subunidade.

Em meados do século XVII, se deu o processo inicial de ocupação do Brejo, destacando-se primeiramente atividade agrícola de subsistência. Essa produção servia tanto às famílias que ocuparam aquele espaço quanto abastecia os vaqueiros que estavam ali de passagem para a feira de gado. Concomitante a essa atividade, surgia também o plantio de cana-de-açúcar. Em primeiro momento para o autoconsumo, mas depois para marcar decisivamente a organização desse espaço regional seguido de sucessivos ciclos econômicos (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Ao lado da agricultura de alimentos desenvolveu-se desde cedo o cultivo da cana-de-açúcar destinada, em princípio, a produção do açúcar mascavo para o auto consumo. Em seguida, uma sucessão de culturas, inclusive a própria cana, passaram a marcar a organização do espaço regional dando origem ao que alguns historiadores e cronistas denominam de ciclos econômicos do Brejo (MOREIRA e TARGINO, 1997 p. 85).

Por ciclos econômicos compreendemos uma série de atividades agrícolas que, ao longo dos séculos de forma sucessiva, comandaram a organização social, econômica de um determinado espaço. Em dado momento, no caso do Brejo Paraibano, havia o retorno de determinadas culturas que já haviam se estabelecido, como a cana-de-açúcar, além da policultura alimentar que sempre permeou as culturas ditas comerciais desde o século XVIII. É, como afirma Andrade (1980), não apenas uma área que se diferencia do ponto de vista dos aspectos físicos, mas também da organização do trabalho e da produção.

Como já colocado anteriormente, o mais importante desses ciclos foi a cana-de-açúcar, que sempre esteve presente como produto comercial das lavouras existentes no Brejo, apesar de por vezes ter menor peso em concorrência com outras culturas, como o algodão. Porém, tornou-se elemento presente e definiu por muito tempo a organização das relações de trabalho e da produção, representando uma fonte de riqueza para aqueles que detinham o poder político e econômico, desde o período colonial até boa parte do século XX.



No início do século XIX, a cultura algodoeira já se tornara de grande expressão, o que se intensificou próximo à segunda metade do século, que pode ser explicado pela introdução do algodão herbáceo que se alastrou pelo Agreste e Sertão, chegando até na zona da mata (ANDRADE, 1980). Sendo assim, a cotonicultura se tornou a base da economia do brejo por boa parte do século XIX (MOREIRA; TARGINO, 1997). Como não era uma cultura exclusivista e não necessitava de grande quantidade de mão-de-obra, o algodão se colocava nos mais diversos tamanhos de propriedade, nas pequenas notadamente se produzia em consórcio com a lavoura de alimentos. Com a abolição da escravatura, o sistema de moradores e parceiros passa a ser o predominante nas lavouras de algodão. A importância da atividade algodoeira pode ser traduzida pela sua importância não apenas com a geração de riqueza no campo, mas também como consequência:

O ciclo de algodão foi responsável pela expansão do povoamento regional e pela introdução, ali, da cultura comercial. Isto deve-se principalmente ao fato de que, o processo de beneficiamento do algodão era controlado por comerciantes que se instalaram na região com suas famílias, engendrando de um lado um aumento da população e de outro, a diversificação das atividades urbanas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 86).

As mudanças no contexto internacional, com o fim da guerra de secessão e restabelecimento dos EUA como grande produtor de algodão, fez com que a atividade entrasse em crise e assim deixasse de ser carro-chefe da economia da região. Esse fato levou à expansão da atividade canavieira, em que antes predominava o algodão, modificando substancialmente as relações dando início ao “ciclo” da cana propriamente dito. Essa expansão foi possível devidos às condições naturais somadas ao acúmulo de capital proporcionado pela cotonicultura e à “estratégia adotada para produzir para o mercado interno” (MOREIRA; TARGINO, 1997 p. 87).

Devido à uma grande praga, a chamada “gomose”, que atingiu a lavoura de cana-de-açúcar, essa teve sua produção comprometida e seu declínio foi sentido em toda a região. Além desse fato, a produção de rapadura no Sertão e a elevação dos impostos para a exportação também levaram ao fim do ciclo açucareiro e iniciaram, conseqüentemente, um novo ciclo, o da cafeicultura, em função do redirecionamento do capital proveniente da cana. Sobre isso, Andrade diz que

No Brejo paraibano sua trajetória foi rápida e brilhante; introduzido na área de Bananeiras aproximadamente em 1840, tornou-se o produto rei desde as últimas décadas do século passado até 1925, quando foi liquidado pela praga do *Cecorus parahibensis*. Bananeiras viveu nesse período grandes dias, formou-se aí uma aristocracia do café, com coronéis, comendador e até Barão, o de Araruna (...). No



seu período áureo o café se estendeu por todo Brejo Paraibano, aproveitando-se da destruição da cana caiana (1980, p. 137-138).

Com a crise do café, as atenções voltam-se novamente para cana-de-açúcar. Porém, desta vez, existe uma peculiaridade do ponto de vista técnico, com a implantação do sistema de Usina, que terminou por se sobrepor ao sistema engenho, proporcionando uma expansão da área cultivada com a cana. Isso acarretou uma dominação do sistema das Usinas em relação aos Engenhos, como saída estes últimos encontraram no Sisal uma saída

A resposta encontrada pelos senhores de engenho do Brejo para resistir à dominação da Usina foi aderir ao cultivo do Sisal o qual, como foi visto, contava naquele momento com uma boa recepção no mercado internacional. Assim, a partir de 1940 até os fins dos anos 50 o sisal e a cana partilharam o espaço agrícola do brejo (...) foi porém o sisal que teve maior importância para economia do Brejo nesse período (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 96).

O processo de ocupação do Brejo paraibano obedeceu à lógica colonialista do conjunto do estado da Paraíba, sendo seu espaço agrário como fruto deste processo. Desde um lugar de “caminhos de gado” entre o Litoral e o Sertão até o domínio da agroindústria canavieira, que ganhou novo impulso na década de 1970, estimulado pelo Proálcool (Programa Nacional do Álcool). A crise do Programa a partir de 1985 determinou o rápido declínio da atividade canavieira, culminando com a falência da Usina Santa Maria.

Nas décadas finais do século XX, temos a emergência de lutas e resistências que levariam à criação de assentamentos rurais de reforma agrária. Segundo pesquisa de Rodrigues (2012), entre 1989 e 1999 foram criados mais de 32 destes projetos, o que levou a um processo de reconfiguração do espaço agrário do Brejo. Nas décadas finais do século XX, temos a emergência de lutas e resistências que levariam à criação de assentamentos rurais de reforma agrária. Segundo a pesquisa de Rodrigues (2012), entre 1989 e 1999 foram criados mais de 32 desses projetos, o que levou a um processo de reconfiguração do espaço agrário do Brejo.

Em relação à estrutura fundiária, predomina no Brejo Paraibano as pequenas propriedades, particularmente os minifúndios. Essa característica é resultado de um longo processo de formação desse espaço regional, em que os sistemas de morada – que posteriormente se transfiguraram em sítios – garantia aos trabalhadores pobres e livres pequenas parcelas de terra, às vezes limitada ao terreno no entorno de duas casas. Soma-se a isso a sempre presente policultura alimentar nos ciclos econômicos do Brejo que mantinha a reprodução do campesinato naquela região, o que não significa que os latifúndios não estejam



presentes e que exerceram e exercem papel fundamental, pois apesar de poucos detêm parcela significativa das terras.

Pouco mais de duas décadas depois da última regionalização de 1989, foi publicada uma nova forma de dividir o território nacional em Regiões Rurais e, em seguida, em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. A primeira com o intuito de substituir as antigas regiões agrícolas e a última que veio a substituir as Mesorregiões e Microrregiões. Essa mudança se deu após um longo período de debates para se compreender o território brasileiro depois dos impactos promovidos pela reestruturação produtiva e pela reinserção do país no mundo globalizado, segundo o próprio IBGE.

Dessa forma, as atuais regionalizações apresentadas em 2015 e 2017 colocam como parâmetro basilar a identificação das cidades-polo e os municípios que possuem relação direta com cada uma delas, usando para isso dois conceitos: Território-rede e Território-zona (IBGE, 2017); o primeiro se constitui através dos fluxos, dando um caráter de movimento e dinâmica, ao passo que o segundo, mais tradicional, concebe o território como uma realidade concreta *a priori* traduzida pela área contínua dos municípios, sendo delimitada e fixa. O conceito de Território-rede foi central na elaboração das propostas, seja no comando que umas cidades e suas funções exercem sobre determinado recorte sub-regional, seja também como ele é exercido sobre o campo no Brasil. A ideia desta última foi a de mensurar os diversos fluxos construídos pelo “agro contemporâneo”.

Do ponto de vista metodológico, compreende-se que suas bases focaram no que eles chamam de “revalorização da dimensão regional” atrelada à rede urbana brasileira, isso se traduz em: tamanho da população, quantidade de municípios e as relações externas que são articuladas através das redes. Para se concretizar, é estabelecido que uma região intermediária tenha o máximo de 25 (vinte e cinco) municípios, um mínimo de 5 (cinco) e um contingente mínimo de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Cada região imediata deveria ter uma cidade classificada como “Cidade de Zona B” (hierarquia urbana). Cada unidade da federação (Estados) deveria ter no mínimo duas regiões Intermediárias e no mínimo duas regiões Imediatas para cada uma Intermediária.

Uma das principais mudanças e a mais nítida, diz respeito à nomenclatura: as antes chamadas Microrregiões e Mesorregiões foram substituídas por, respectivamente, Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Em relação às Regiões Rurais, cada recorte regional leva o nome da cidade de maior proeminência dentro da hierarquia urbana ou de mais de uma cidade dentro da hierarquia, sempre baseando-se na REGIC. Como



exemplo, há a Região Rural da Capital regional de Campina Grande, onde se encontram os municípios pertencentes ao Brejo.

As mudanças levadas a efeito tomaram por base vários estudos anteriores do próprio IBGE e outros órgãos de planejamento. O principal desses estudos foi o Região de Influência das Cidades (REGIC) que data de 2008, além da Divisão Urbana-regional, a Gestão do Território (2004) e os estudos de logística de transporte do Brasil (2004). De fato, isso ressalta um caráter mais revisional e documental cuja regionalização foi tomada por base. Em relação às Regiões rurais também foram usados os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Pesquisa de Pecuária Municipal (PPM) e das Estatísticas de Cadastro Geral das Empresas (CEMPRE). Portanto, temos a seguinte divisão do Estado da Paraíba, segundo as novas Regiões Geográficas:

a) Região Intermediária de João Pessoa, formada pelas Regiões Imediatas de João Pessoa, Guarabira (onde encontram-se os municípios pertencentes ao Brejo), Mamanguape-Rio Tinto e Itabaiana;

b) Região Intermediária de Campina Grande, formada pelas Regiões Imediatas de Campina Grande, Cuité-Nova Floresta, Monteiro e Sumé;

c) Região Intermediária de Patos, formada pelas Regiões Imediatas de Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha-São Bento, Pombal e Princesa Isabel;

d) Região Intermediária de Sousa-Cajazeiras, formada pelas Regiões Imediatas de Sousa e Cajazeiras;

Nesse contexto, além da referência direta ao Brejo desaparecer e ser incorporada a outros espaços sub-regionais, existe a ausência na discussão teórico e metodológica de outros atributos que não sejam a hierarquia urbana e a constituição das redes a partir dessa. Ficando assim limitado a poucos aspectos da realidade, os elementos físicos não são citados, como também qualquer menção a como a organização do espaço agrário influenciou em algum nível essa regionalização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das considerações feitas ao longo deste texto, podemos apontar que houve uma significativa mudança na configuração espacial, a partir desta nova regionalização. Não se tratou apenas de uma substituição do velho pelo novo, mas sobretudo, uma reorganização em que as cidades polos e os fluxos foram preponderantes enquanto critérios para divisão



regional. Podemos colocar que existiu uma hipertrofia do fator urbano sobre os demais aspectos da realidade.

A partir do exposto, percebe-se que ao apresentarmos o Brejo paraibano, nos damos conta de sua singularidade, ainda que não percamos a dimensão da totalidade. E que a princípio a materialidade existente nesse espaço, fruto do trabalho humano, vai muito além dos fluxos que os municípios constituintes têm com a maior cidade mais próxima.

O estudo da organização do Espaço Agrário do Brejo nos permite compreender como a superficialidade desse processo de divisão regional nos levou a um empobrecimento da representação da realidade. Nesse sentido, o entendimento de que o Brejo paraibano não é apenas um recorte regional visto como dado ou um fenômeno da realidade concebido *a priori*, mas sim uma realidade construída historicamente e permeada de elementos dentro de sua diversidade que se contradizem e conflitam entre si, formando unidade socialmente produzida.

Podemos averiguar que *a priori* essa foi uma regionalização feita nos “gabinetes do IBGE”, ou seja, o conhecimento na concretude do território foi apenas adicional, e que esse reproduz a lógica do pragmatismo apontado em trabalhos passados, lembrando muito as Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas que se utilizavam da mesma ideia de polarização como muitos outros realizados no Brasil nos anos de 1970.

A compreensão sobre as diversas regionalizações devem observar melhor as mudanças e nos fazer debruçar sobre as bases teóricas e metodológicas que foram utilizadas para idealizar essa nova forma de pensar a regionalização do Brasil. Constatamos, ainda, de modo preliminar que a metodologia reflete um passo atrás em uma forma de fazer uma Geografia mais socialmente comprometida. Nesse sentido, acabamos voltando ao pragmatismo e à superficialidade da polarização, tão combatido pelas vertentes mais progressistas da geografia, tanto a Geografia Crítica quanto a humanista.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 9, n. 245, *online*, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm>>. Acesso em:

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.



CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C.; CASTRO, I. E. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis: Revista da rede brasileira de história da geografia e geografia histórica**, v. 3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 20 jul. 2018.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, n. 1. Niterói, p. 15-39, 1999.

IBGE. **Projeto Regiões Rurais 2015 (relatório técnico)**: 2015 IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EdUSP, 2003.

LEOPOLDO, Eudes. **A teoria regional na atualização da Geografia Crítica contemporânea**: a urbanização da fronteira na Amazônia, a região do Sul e Sudeste do Pará, n. 44, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/26851>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MELO, Mario Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Ed. do Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem Produz Comida para os Brasileiros? 10 Anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, p. 7-77, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 20/09/2020.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MOREIRA, Emília de Rodat F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa, GLAPAN, 1989.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

PERROUX, François; FRIEDMANN, John; TINBERGEN, Jan. **Planificação e os polos de desenvolvimento**. Porto: Ed. Rés, 1975.



RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra:** o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5805?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5805?locale=pt_BR). Acesso em:

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.